2 — A quota do sócio Hugo Nascimento Ribeiro foi realizada com a entrada dos seguintes bens:

- a) Panela de pressão com aro, no valor de cem euros; e
- b) Uma bancada Erio um posto de trabalho com candeeiro, no valor de mil e novecentos euros.

3 — A quota da sócia Luísa Maria Almeida Fernandes foi realizada com a entrada dos seguintes bens:

- a) Ultrasons Biosónico, no valor de mil euros;
- b) Micromotor K nove Kav, no valor de oitocentos euros;
- c) Maçarico manual com botija no valor de duzentos euros.

2 — A quota do sócio André João Martins Santos Ferreira foi realizada com a entrada dos seguintes bens:

- a) Banho eletrolítico no valor de trezentos euros;
- b) Paralólmetro Mestra no valor duzentos euros;
- c) Cuba para gessos no valor de cem euros;
- d) Uma entrada em numerário de quatrocentos euros.

ARTIGO 6.º

1 — Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante de cinquenta mil euros, mediante deliberação unânime dos sócios em assembleia geral.

2 — Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, mediante as condições a fixar por deliberação da assembleia geral.

ARTIGO 7.º

1 — A gerência da sociedade remunerada ou não, fica afecta a um ou mais gerentes a designar em assembleia geral.

2 — Ficam desde já designados gerentes os sócios Hugo do Nascimento Ribeiro e Luísa Maria Almeida Fernandes.

3 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária a assinatura conjunta de dois gerentes.

4 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Comprar e vender veículos automóveis;
- b) Trespassar, tomar de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- c) Celebrar contratos de locação financeira.

ARTIGO 8.º

A divisão e cessão de quotas entre os sócios, é livre nas demais cessões, a sociedade, em primeiro lugar, e os sócios em segundo lugar, gozam de preferência.

ARTIGO 9.º

Aos lucros líquidos anuais, depois de deduzida a parte destinada a reserva legal, será dado o destino que for dado em assembleia geral.

Relatório

Introdução.

1 — O presente relatório destina-se a dar cumprimento ao artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais, relativamente à entrega por Hugo Nascimento Ribeiro de bens no valor de € 2000, por Luísa Maria Almeida Fernandes no valor de € 2000, e de André João Martins Santos Ferreira no valor € 1000, para realização das quotas por eles subscritas no capital da sociedade CLEARTOOTH — Prótese Dentária, L.^{da}

2 — Efectivamente, os acima mencionados pretendem constituir uma sociedade por quotas, a girar sob a firma CLEARTOOTH — Prótese Dentária, L.^{da}, a sediar no concelho da Maia, com o objecto de produção e comercialização de próteses dentárias e materiais afins, devendo os futuros sócios realizar as suas entradas com a entrega dos bens que a seguir se faz referência.

3 — Os bens objecto da entrega dos sócios foram avaliados por fornecedores da especialidade em € 4600.

A entregar por Hugo Nascimento Ribeiro:

Panela de pressão com aro — € 100;
Bancada Erio um posto de trabalho com candeeiro — € 1900;
Total da entrega de Hugo Nascimento Ribeiro — € 2000.

A entregar por Luísa Maria Almeida Fernandes:

Ultrasons Biosónico — € 1000;
Micromotor K9 Kav — € 800;
Maçarico manual com botija — € 200.
Total da entrega de Luísa Maria Almeida Fernandes — € 2000.

A entregar por André João Martins Santos Ferreira:

Banho Eletrolítico — € 300;
Paralólmetro Mestra — € 200;
Cuba para gessos — € 100.
Total da relação de bens — € 600;
Numerário — € 400;
Total da entrega de André João Martins Santos Ferreira — € 1000.

Correspondência entre o valor atribuído aos bens e o capital a realizar:

O capital da sociedade acima mencionada será de € 5000 e será subscrito e realizado com a entrega dos bens referidos anteriormente, como segue:

Hugo Nascimento Ribeiro subscreverá e realizará a sua entrada no capital social com uma quota-parte nos bens referidos no n.º 3, no montante de € 2000;

Luísa Maria Almeida Fernandes subscreverá e realizará a sua entrada no capital social com uma quota-parte nos bens referidos no n.º 3, no montante de € 2000;

André João Martins Santos Ferreira subscreverá e realizará a sua entrada no capital social com uma quota-parte nos bens referidos no n.º 3, no montante de € 1000.

Responsabilidades.

4 — A nossa responsabilidade consiste em apreciar de forma independente a razoabilidade da avaliação dos bens e em declarar que o valor encontrado é suficiente para a realização de capital pretendida.

Âmbito.

5 — O nosso trabalho foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Directriz de Revisão/Auditoria (DRA) 841 — Verificação das Entradas em Espécie para Realização de Capital das Sociedades, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se os valores das entradas atingem ou não o valor nominal da quota atribuída aos sócios que efectuaram tais entradas. Para tanto o referido exame incluiu a verificação:

- a) Da existência dos bens;
 - b) Da titularidade dos referidos bens e da existência de eventuais ónus ou encargos;
 - c) Da adequação dos critérios usados na avaliação dos mesmos;
 - d) Do valor atribuído aos bens.
- 6 — Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão da nossa declaração.

Declaração.

7 — Com base no trabalho efectuado, declaramos que os valores encontrados atingem o valor nominal das quotas atribuídas aos sócios que efectuam tal entrada.

Santos Carvalho & Associados, SROC, S. A., representada por António Augusto dos Santos Carvalho, ROC n.º 16.

Conferida, está conforme.

5 de Agosto de 2005. — O Segundo Ajudante, José Pedro David Ferreira. 2010166248

COLÉGIO INFANTIL DE TÂNIA GOMES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 58 493/20050315; identificação de pessoa colectiva n.º 507119126; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 10/050315.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe que fica a reger-se pelo contrato seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Colégio Infantil de Tânia Gomes, L.^{da}, e tem sede na Rua do Conselheiro Luís de Magalhães, 257, freguesia de Moreira da Maia, concelho da Maia.

2 — A gerência poderá deslocar a sede da sociedade dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá criar filiais, delegações ou quaisquer outras formas de representação social.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste no exercício da actividade de prestação de serviços como berçário, creche, infantário e ATL.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros e está dividido em duas quotas iguais de dois mil e quinhentos euros, pertencentes cada uma delas a cada um dos sócios Tânia Paula Martins Gomes e Jaime Varella Felipe.

ARTIGO 4.º

Os sócios poderão deliberar, por acordo unânime de todos, que lhes sejam exigidas prestações suplementares até ao montante global de cem mil euros.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, para a qual, em primeiro lugar, e para os sócios não cedentes, em segundo, fica reservado o direito de preferência.

ARTIGO 6.º

1 — A administração e representação da sociedade será exercida por um ou mais gerentes a designar em assembleia geral, remunerados ou não, conforme for deliberado pelos sócios.

2 — Para obrigar validamente a sociedade, em todos os seus actos e contratos, é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — Ficam, desde já; designados gerentes os sócios Tânia Paula Martins Gomes e Jaime Varella Felipe.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando, por qualquer motivo, a quota seja retirada da livre disponibilidade do sócio;
- c) Quando a quota for transmitida com violação do disposto no artigo 5.º;
- d) No caso do sócio não comparecer ou não se fazer representar nas assembleias gerais por mais de dois anos consecutivos.

Está conforme.

17 de Março de 2005. — A Ajudante Principal, *Ana Mafalda Magalhães Basto*.
2010173040

HOUSE SEG — SISTEMAS DE SEGURANÇA, PORTAS E AUTOMATISMOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 58 483/20050310; identificação de pessoa colectiva n.º 507189485; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 03/050310.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe que fica a reger-se pelo contrato seguinte:

Documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado, outorgado hoje, no Cartório Notarial de Oliveira de Azeméis.

Contrato de sociedade

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma HOUSE SEG — Sistemas de Segurança, Portas e Automatismos, L.ª, e durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

1 — A sede social é na Via Padre Arnaldo Duarte, 80, rés-do-chão, esquerdo, freguesia de Santa Maria de Avioso, concelho da Maia, podendo ser transferida nos termos da lei, por simples deliberação da gerência.

2 — Por simples deliberação da gerência, a sociedade poderá criar, no País ou na Europa, delegações, agências, sucursais, filiais, dependências, escritórios ou quaisquer outras formas locais de representação que julgue conveniente.

ARTIGO 3.º

O objecto da sociedade consiste na compra, venda, revenda, exportação e importação de sistemas de segurança, portas e portões de todos os tipos, bem como de motores e outros automatismos para portas e portões; alarmes e outros utensílios e componentes similares e demais actividades conexas.

ARTIGO 4.º

A sociedade poderá adquirir e alienar participações em sociedades, de direito nacional ou europeu, independentemente do seu objecto social, e ainda que reguladas por leis especiais, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas, para nomeadamente, formar novas sociedades, agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, associações sem fins lucrativos, consórcios, associações em participação e outras formas institucionais de cooperação.

ARTIGO 5.º

O capital social é de dez mil euros, dividido em duas quotas, sendo uma do valor nominal de nove mil euros pertença de Mário Jorge Madureira e outra do valor nominal de mil euros pertença de Nestor Fernandes Pinheiro.

ARTIGO 6.º

Podem ser exigidos aos sócios prestações suplementares de capital nos termos e condições deliberadas em assembleia geral e até ao limite de quinhentos mil euros.

ARTIGO 7.º

1 — A gerência será exercida por um ou mais gerentes, sócios ou estranhos à sociedade, remunerados ou não, conforme venha a ser deliberado pela assembleia geral.

§ 1.º A sociedade vincula-se em todos os actos e contratos:

- a) Pela assinatura de um gerente ou;
- b) Pela assinatura de um procurador, nos termos e limites que lhe forem conferidos;
- c) Pela assinatura de um gerente e de um mandatário ou procurador da sociedade, nos termos da lei.

§ 2.º Os documentos de mero expediente poderão ser assinados por um só gerente ou mandatário.

2 — Poderá a sociedade, desde que deliberado em assembleia geral, limitar os poderes do gerente até aos limites que julgar por convenientes mas com respeito pelo estatuído no número anterior.

ARTIGO 8.º

Fica expressamente proibido aos gerentes e mandatários obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

ARTIGO 9.º

Aos resultados líquidos evidenciados pelos documentos de prestação de contas anuais serão deduzidas as importâncias necessárias à formação ou reconstituição da reserva legal, tendo o remanescente a aplicação que a assembleia geral destinar, podendo esta deliberar distribuí-los, total ou parcialmente, ou afectá-los a reservas.

ARTIGO 10.º

Salvo disposição legal que exija uma maioria superior, todas as deliberações da assembleia geral deverão ser tomadas por uma maioria representativa de dois terços do capital social.

ARTIGO 11.º

1 — A sociedade poderá amortizar as quotas de um sócio com o seu acordo e, independentemente do seu consentimento, nas seguintes situações:

- a) Em caso de arresto, arrolamento, penhora, apreensão judicial das quotas ou inclusão das mesmas em massa falida ou insolvente;
- b) No caso de as quotas serem cedidas ou transmitidas sem o consentimento da sociedade.

2 — A sociedade poderá ainda amortizar as quotas de um sócio no caso de seu falecimento; transmitindo-se essas mesmas quotas aos seus herdeiros apenas no caso de a sociedade não pretender amortizá-las.

3 — A sociedade comunicará por escrito aos sócios a sua intenção de amortizar as referidas quotas, nos termos aqui previstos.

4 — As quotas serão amortizadas pelo seu valor contabilístico, auferido pelo último balanço aprovado.

5 — O capital social poderá ser reduzido em conformidade com o valor das quotas amortizadas.

ARTIGO 12.º

1 — É proibida a cessão de quotas a terceiros à sociedade, neles se incluindo os referidos na parte final do n.º 2 do artigo 228.º do Código das Sociedades Comerciais, e a outros sócios, excepto se previamente autorizada por deliberação da assembleia geral.

2 — Na eventualidade de qualquer sócio pretender ceder a sua quota a um terceiro ou a outro sócio da sociedade, a sociedade poderá preferir na sua aquisição, sendo o montante a pagar por esta igual ao seu valor contabilístico, auferido pelo último balanço aprovado em assembleia geral, a liquidar até ao último dia do ano a que respeitar, mas nunca numa data inferior a dois meses.

3 — Na eventualidade de qualquer sócio não respeitar o estatuído no presente artigo, fica desde já fixado um montante de indemnização a pagar à sociedade, nunca inferior a vinte vezes o valor do capital social, à altura do facto, sem prejuízo de outra indemnização pelos prejuízos que venha a causar, nos termos da lei.